

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**MULHER DA RUA: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE MULHERES
CIS E TRANS EM SITUAÇÃO DE RUA EM SÃO CARLOS - SP**

Carolina Sallas Barreto

São Carlos

2024

CAROLINA SALLAS BARRETO

**MULHER DA RUA: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE MULHERES
CIS E TRANS EM SITUAÇÃO DE RUA EM SÃO CARLOS - SP**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do
título de Bacharel em Ciências Sociais pela
Universidade Federal de São Carlos.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Leite Junior.

São Carlos

2024

Às mulheres das ruas que são poesia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Cristina, Jair e Caio, por me apoiarem incansavelmente em tudo. À toda família que fez parte disso de alguma forma.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Jorge Leite, por todo o ensinamento, paciência e benevolência. Aos meus colegas e amigos do SexEnt, em especial Candê, por todo o norte e ajuda no desespero.

À Camila e à Bia, por todas as ideias, ajuda e paciência, esse trabalho não sairia sem vocês.

Ao Saimo e à Julia, pelo companheirismo durante todo esse tempo. À Geovanna e à Talytha, por estarem sempre comigo.

Aos companheiros de luta budista, pelos incentivos e confiança. À Amanda, Rafa e Leo, por sempre me lembrarem do que devo fazer.

À toda a equipe do SEAS e Centro Pop, pela compreensão, aprendizado e força durante os dois anos de estágio. À Denise, por ser minha segunda mãe.

Às usuárias dos serviços, por inspirarem e possibilitarem a realização dessa pesquisa, e por confiarem em mim para compartilhar suas trajetórias. Meu mais sincero muito obrigada.

Resumo: O presente estudo busca compreender a criação das identidades de pessoas em situação de rua da cidade de São Carlos, interior de São Paulo e possui como objetivo principal analisar a construção da identidade física e psicológica de moradores de rua, levando em consideração a expressão de gênero de cada um, dando ênfase para mulheres cisgênero, mulheres transgênero e travestis. A pesquisa busca analisar de qual forma a expressão de gênero de pessoas em situação de rua se difere das demais, e quais os efeitos disso na sociedade. Para tal, será utilizado como método de pesquisa a observação participante por meio da etnografia, além de revisão bibliográfica acerca dos estudos de gênero e sexualidade, bem como sobre a formação da identidade e as vulnerabilidades enfrentadas por esse grupo. Também, a análise qualitativa de entrevistas semiestruturadas realizadas com informantes pré-estabelecidos que compõem o grupo de observação. Como resultado, compreende-se de que forma essas pessoas se mostram ao mundo e quais as consequências que essas ações trazem, levando em consideração aspectos como gênero, raça e sexualidade, dentre o grupo estudado.

Palavras-chave: expressão de gênero, identidade, população em situação de rua.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1. O CONCEITO DE IDENTIDADE E AS TRANSFORMAÇÕES DO INDIVÍDUO.....	12
1.1 AS CAIXAS.....	16
1.2 O (NÃO) PERTENCIMENTO.....	18
2. FAMÍLIA EU QUEM ESCOLHO.....	22
3. “MULHER DA RUA”.....	30
3.1 “BICHA DE RUA”.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES ENTRE MULHERES DA RUA.....	41
REFERÊNCIAS.....	47

INTRODUÇÃO

Quando falamos sobre população em situação de rua¹, majoritariamente imaginamos homens, com cabelos e barbas longos, roupas sujas e rasgadas, além do maior estereótipo do pedinte. Porém, não se pode generalizar essa imagem como única, pois de acordo com o decreto nº 7053 de 23 de Dezembro de 2009 que instaura oficialmente a Política Nacional para a População em Situação de Rua, essa população se define como

grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. Essa população se caracteriza, ainda, pela utilização de logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como unidades de serviço de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória. (BRASIL, 2009)

Essa população se mostrou ainda maior no período pós-pandemia da Covid-19, com o agravamento da crise econômica no Brasil, além das dificuldades já enfrentadas por esse público, como por exemplo, o não acesso a direitos sociais, alimentação adequada, acesso à saúde, cultura e lazer. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)², a população em situação de rua cresceu 38% de 2019 até 2022 no Brasil, superando a marca de 280 mil pessoas. Apesar dos dados serem de 2022, eles só foram possíveis através da integração de todos os órgãos de assistência social existentes, construindo o SUAS (Sistema Único de Assistência Social), no qual vários municípios coletam informações e documentam, de forma integrada, os atendimentos realizados.

Na cidade de São Carlos, os atendimentos disponibilizados para esse pedaço da população se concentram no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) bem como os serviços de acolhimento locados na Casa

¹ Como forma de facilitar a leitura, termos como “moradores de rua”, “usuários do serviço”, “MDR”, e “população de rua” podem também aparecer ao decorrer do texto e todos eles se referem ao grupo estudado: pessoas em situação de rua.

² Disponível em:

<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/4/NT_103_Disoc_Estimativa_da_Populacao.pdf>

de Passagem, onde usuários que se enquadram no perfil, podem utilizar desse espaço para pernoitar com maior segurança. Com o acompanhamento do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), muitos dos atendimentos também são realizados pelo Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), que contribui também para o mapeamento desses usuários por toda a cidade. Por compor a equipe do SEAS, tive a oportunidade de criar maiores vínculos com os usuários e com isso, absorver mais do que apenas em uma entrevista.

Da mesma maneira em que existe uma imagem formada do que seria a população em situação de rua de uma cidade, esquece-se de olhar para um segmento desse grupo que, por apresentar ainda mais vulnerabilidades, são ainda mais invisibilizados. Dentre esses, podemos destacar as mulheres e a população LGBTQIAP+, que sofrem uma dupla vulnerabilidade.

Ao falar de população em situação de rua, depara-se com um grupo heterogêneo e complexo, que experimenta várias formas de vulnerabilidade ao mesmo tempo. Apesar de alguns movimentos abolirem o uso do termo “morador de rua”, ele é utilizado pelos próprios moradores para se auto intitular. Dentro desse segmento, há ainda subgrupos que podem se dividir por raça, idade, gênero, orientação sexual, e em alguns casos, locais de dormida ou permanência. Por esse motivo, essa pesquisa tem por objetivo geral compreender as estratégias de sobrevivência utilizadas por mulheres cisgênero, mulheres transgênero e travestis que vivem em situação de rua.

Levando em consideração esses dois grupos (mulheres cis e pessoas LGBTQIAPN+), existem diversos pontos de vulnerabilidade em cada um deles, por isso, a pesquisa tem como ponto principal entender como esse conjunto de violações de direitos sofridos pelas mulheres em situação de rua interferem na manutenção e utilização de mecanismos para garantir sua sobrevivência; de qual maneira essas pessoas utilizam de tecnologias de gênero para sobreviver nas ruas.

O estímulo para realização dessa pesquisa se deu pela experiência de um estágio realizado no Centro de Referência Especializado em População em Situação de Rua - Centro Pop, na cidade de São Carlos, interior de São Paulo. Apesar de fazer

parte da equipe de abordagem social e realizar os atendimentos nas ruas da cidade, a equipe fica locada no Centro Pop, portanto, há uma convivência direta com os usuários deste serviço.

Para ingressar neste estágio, foi necessária a realização de um processo seletivo com parceria da Prefeitura e do CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), realizado no final do ano de 2021. Após a aprovação, os estudantes das áreas de humanidades são destinados para trabalhar em setores de algumas Secretarias, dentre elas, Secretaria de Cultura, Secretaria de Cidadania e Assistência Social. Por essa razão, surgiu a oportunidade de trabalhar no Centro Pop, órgão ligado à SMCAS. De acordo com o livreto “Perguntas e Respostas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – CENTRO POP/ SUAS e População em Situação de Rua, Volume 2” do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social (2011),

O Centro POP deve representar espaço de referência para o convívio grupal, social e o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito. Na atenção ofertada no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua deve-se proporcionar vivências para o alcance da autonomia, estimulando, além disso, a organização, a mobilização e a participação social. (BRASIL, 2011, p. 17).

Para além dos serviços básicos ofertados como banheiros para realização de higiene pessoal, guarda de pertences e encaminhamentos para as políticas públicas necessárias, o Centro Pop se torna um espaço de convivência, de troca de experiências, mas também um local seguro e mais protegido do que a rua. Pela múltipla oferta de serviços no espaço, o fluxo de atendimento sempre foi grande (com uma média de 70 atendimentos diários³ durante os dois anos de estágio no local, entre 2022 e 2024), por isso, mesmo sem estar executando o trabalho na rua, foi possível a criação de vínculo com muitos dos que utilizavam o serviço, além de realizar atendimentos esporadicamente (com supervisão) quando a equipe de referência não estava completa ou sobrecarregada.

³ Os dados foram disponibilizados pela coordenação do serviço para utilização na pesquisa durante o período estagiado, garantido o direito de anonimato de todos os usuários do serviço.

Dentro dessa experiência, pude observar que as formas de auto identificação de pessoas LGBTQIAP+ em situação de rua são um pouco diferentes quando analisamos pessoas que não sofrem com essa vulnerabilidade. Ao contrário do que se pensa, essa diferença de identificação não ocorre por falta de informação ou conhecimento sobre a comunidade, mas sim como forma de se protegerem no ambiente em que se encontram e de pertencerem a um grupo. Para além desse grupo, também foi observado um pequeno mas não invisível fragmento dessa população tão heterogênea: as mulheres cisgênero e heterossexuais, que serão estudadas mais profundamente em um capítulo deste trabalho.

Frangella (2004) em sua tese de doutorado intitulada “Corpos Urbanos Errantes: Uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo” observa que a construção da corporalidade desse grupo serve também como forma de existir e pertencer ao espaço urbano, e elucida:

O universo dos moradores de rua, marcado por duplo movimento de exclusão e de vivência nômade, tem o corpo como locus de produção e enunciação dessa experiência. [...] Mas é também através do corpo – e, sobretudo, através dele – que surgem as possibilidades de resistência do morador de rua à exclusão (FRANGELLA, 2004, p. 13).

Para esse estudo, foi observado principalmente a forma que os indivíduos se mostram para o mundo e se esses mecanismos (considerados por mim como defesa e forma de luta) funcionam. Para a análise desses procedimentos, foram realizadas pesquisas com mulheres cis, mulheres trans, além de pessoas que estão dentro da comunidade LGBTQIAPN+ e se definem de formas variadas durante a própria entrevista, variando sua autoidentificação como travesti e mulher trans.

No decorrer da pesquisa, haverá discussões e reflexões acerca da trajetória de vida dos usuários, de suas relações com a família, companheiros, amigos, entre outras pessoas que compõem (ou compunham) suas redes de apoio, tema abordado em um capítulo específico. Além disso, trataremos da questão de gênero em dois capítulos principalmente, intitulados “Mulher da rua” e “Bicha de rua”, com foco especial nas

vivências e vulnerabilidades desses dois estratos do grupo estudado. Os termos destacados aqui são considerados termos êmicos, ou seja, advindos do próprio campo e incorporados no estudo. *Mulher da rua*, termo utilizado pela maioria dos usuários do Centro Pop com quem houve convivência quase que diária se refere às mulheres cisgênero nessa situação, não havendo grande diferenciação entre as que expressam mais ou menos feminilidade. O termo *Bicha de rua*, também usado pelo campo, se refere às mulheres trans e travestis, bem como em alguns casos para se referir à homens cis homossexuais afeminados. Para a pesquisa, o termo *Bicha de rua* será utilizado especificamente para tratar de mulheres trans e travestis. Também será necessário um capítulo sobre a construção da identidade do indivíduo, bem como um que disserte sobre o pertencimento dos indivíduos na sociedade e em quais locais eles conseguem existir.

Como método de pesquisa, foi utilizado o método etnográfico através da observação participante, na qual consiste no processo de investigação científica a partir da associação humana, que tem como finalidade o entendimento científico dessas relações (LOFLAND e LOFLAND, 1984; SCHWARTZ e SCHWARTZ, 1969). Considerando essa observação, é possível refletir e examinar os dados qualitativamente, recurso também utilizado na análise das entrevistas semiestruturadas realizadas com as informantes. Essa observação ocorreu durante todo o período de estágio realizado no Centro Pop, contando com a produção de diários de campo. Além disso, com a realização de alguns atendimentos com os usuários do serviço, foi possível também conhecer mais ainda cada pessoa entrevistada posteriormente, abrindo um leque de possibilidades de investigação. Por representar um local de referência aos moradores de rua, o Centro Pop serve, não apenas como acesso a alguns poucos direitos para essa população, mas também como um espaço de convivência e criação de laços.

Durante toda a pesquisa, foi utilizada a revisão bibliográfica acerca das temáticas da população de rua, de questões de gênero e sexualidade, classe e raça, além da construção das identidades dos indivíduos. Dentro dessas temáticas, destacam-se Butler (1990, 2003), Davis (2016), Federici (2019), Hall (1992), e autores

brasileiros como Frangella (2004), Campos e Moretti-Pires (2016) e Rosa e Brêtas (2015). Os últimos, relativos especificamente às mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ em situação de rua.

Para coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 6 pessoas escolhidas que se encaixam no tema da pesquisa, foram elas: 3 mulheres que se identificam como cisgênero, 2 mulheres que se identificam como transgênero e 1 pessoa que ora se identificou como mulher transgênero, ora como travesti, mas que teve o mesmo questionário aplicado das outras mulheres entrevistadas. Na pesquisa, todas as pessoas entrevistadas se definiram como heterossexuais, portanto, a orientação sexual não será o ponto principal, e sim a expressão de gênero delas.

A partir dos áudios transcritos, foi possível entender a trajetória de vida dessas mulheres, a construção de suas identidades e as vivências antes e depois da situação de rua e assim, analisar qualitativamente os dados obtidos. Todas as entrevistadas são apresentadas nessa pesquisa com nomes fictícios para garantir sua privacidade, bem como seus locais de permanência que também foram omitidos. As entrevistadas se definiram como brancas, pretas ou pardas, além de possuírem idade entre 23 e 45 anos e nenhuma ter filhos. Também durante a realização da pesquisa, algumas das informantes que possuíam companheiros se separaram deles, fato que não altera o resultado da análise mas mostra a volatilidade de algumas relações na rua.

No primeiro capítulo será discutido o conceito de identidade baseado nos estudos de Stuart Hall, bem como outros pensadores que abordam o tema, trazendo a definição do termo “identidade” e os desdobramentos que cabem no debate, levando em conta a globalização e as transformações no sistema em que a sociedade se insere. O segundo capítulo traz a importância da família para o grupo estudado, define as formas e arranjos existentes e os motivos pelos quais a busca por pertencimento a um coletivo são importantes, não só para as pessoas em situação de rua, mas também para a sociedade como um todo.

O terceiro capítulo trata especificamente do objeto de estudo, intitulado “Mulher da Rua” e sua sessão “Bicha de Rua”, no qual traz o debate sobre as vivências e

identidades das mulheres em situação de rua, sejam elas cis ou trans, além de discutir as estratégias e modos de sobrevivência utilizados por elas para a manutenção de sua vida. A última parte traz as discussões e conclusões tiradas a partir de toda a revisão bibliográfica e análise de dados, como também pela vivência em campo e entrevistas realizadas com as informantes. Este capítulo reúne todos os resultados e discussões que foram obtidas durante toda a pesquisa.

1. O CONCEITO DE IDENTIDADE E AS TRANSFORMAÇÕES DO INDIVÍDUO

O conceito de identidade utilizado neste estudo é baseado na teoria do sociólogo britânico-jamaicano Stuart Hall (1992). Em seu livro “A identidade cultural na pós-modernidade”, o autor define o termo “identidade” a partir de três conceitos diferentes: o primeiro, como o sujeito do iluminismo, o segundo, sujeito sociológico, e o último, como o sujeito pós-moderno. A primeira concepção adotada pelo autor define o sujeito do iluminismo como aquele centrado, unificado, e o centro essencial de cada indivíduo era sua identidade, seu eu (HALL, 1992, p. 10-11). Essa concepção era considerada por Hall como individualista. A segunda se baseava na visão de pensadores como G. H. Mead e C. H. Cooley, na qual a identidade se forma a partir da interação do sujeito com o outro, ou seja, é a partir da “mistura” de identidades vividas pelos outros que podemos construir a nossa própria (ibid., p.11). Para o autor, é por essa mistura que podemos chegar ao sujeito pós-moderno, no qual sua identidade resulta de múltiplas transformações de acordo com o momento e o local em que se encontram, se “encaixando” nas caixinhas de cada identidade, que podem ser, muitas vezes, contraditórias (ibid., p.12-13).

Autores como David Harvey (1989) e Anthony Giddens (1990) também trazem discussões acerca das transformações da sociedade e os efeitos em cada indivíduo. Harvey caracteriza a modernidade como um processo de contínuas rupturas internas, e Giddens faz uma comparação acerca das sociedades tradicionais em encontro com as modernas, e traz para o debate a importância de símbolos e de manter as tradições

passadas. Já a sociedade moderna passa por inúmeras transformações, levando menos em conta as tradições passadas e mais as mudanças cotidianas. Ernest Laclau também é compilado no escrito de Stuart Hall, trazendo o conceito de “deslocamento”, definido a partir do movimento de mudança e da não existência de um centro da cultura (HALL, 1992). O autor complementa sobre a teoria de Laclau:

As sociedades da modernidade tardia, argumenta ele [Laclau], são caracterizadas pela "diferença"; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes "posições de sujeito" - isto é, identidades para os indivíduos. Se tais sociedades não se desintegram totalmente não é porque elas são unificadas, mas porque seus diferentes elementos e identidades podem, sob certas circunstâncias, ser conjuntamente articulados. (HALL, 1992, p. 17)

Anthony Giddens em sua obra “Modernidade e Identidade” (2002) traz um ponto importante no debate sobre a identificação. O autor compila um apanhado histórico da trajetória da modernidade e os efeitos da globalização nos indivíduos. Dentro dessa perspectiva, aborda o conceito de *autoidentidade* como uma das questões existenciais do sujeito moderno e o define como um movimento que deve ser mantido constante nas atividades reflexivas que o indivíduo realiza (GIDDENS, 2002), e além disso, o indivíduo possui consciência sobre essas ações. Na sociedade tradicional, padrões são estabelecidos e impostos, não deixando tanto espaço para uma construção total da identidade das pessoas. Por outro lado, nas sociedades modernas, existe um espaço um pouco maior para a auto identificação, apesar de não ser possível afirmar que os padrões impostos pela classe dominante não são tão relevantes (GIDDENS, 1990). Portanto, pode-se dizer que a *auto identidade* de Giddens se manifesta de maneira clara quando falamos de mulheres trans que apresentam sua feminilidade, visto que essas mulheres têm consciência de sua identidade de gênero e a reforçam performando constantemente em suas vidas.

Apesar disso, argumenta o autor, é esse movimento que abre margem para a produção de sujeitos diferentes dos tradicionais e identidades novas. Em muitos momentos do estágio, foi possível entrar em contato com pessoas que se mostravam praticamente “contraditórias” aos olhos de estudos atuais sobre gênero e sexualidade,

quando observamos gráficos mais simplificados para esse tema, como o unicórnio do gênero.

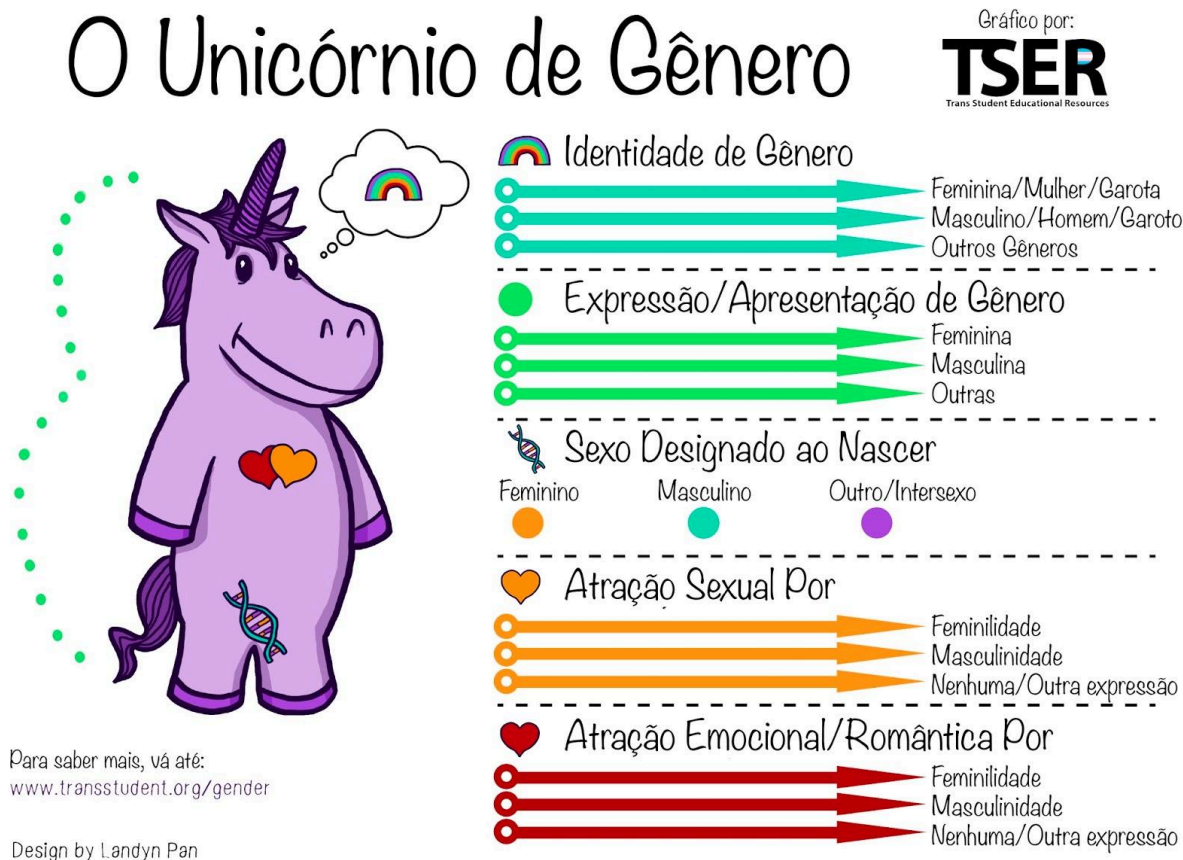


Figura 1 - O Unicórnio de Gênero.

Nesta imagem, criada pelo “Trans Student Educational Resources”⁴, definem-se os termos “Identidade de gênero”, “expressão de gênero”, “sexo designado ao nascer”, “atração sexual” e “atração romântica”, e a partir daí podem se definir os indivíduos em cada uma (ou mais) das letras da sigla LGBTQIAPN+⁵. Porém, em muitos casos, algumas pessoas acabam se colocando em posições diferentes das suas próprias definições. Preciado (2011) traz reflexões acerca dos corpos dessa comunidade com o conceito de *multidão queer*, definida pelo autor como a junção das minorias sexuais (PRECIADO, 2011):

⁴ Disponível em: <<https://transstudent.org/gender/>> . Acesso em 11/08/2023.

⁵ L - lésbicas, G - gays, B - bissexuais, T - transsexuais e travestis, Q - queer, I - intersexo, A - assexuais, P - pansexuais, N - não binários.

O corpo não é um dado passivo sobre o qual age o biopoder, mas antes a potência mesma que torna possível a incorporação prostética dos gêneros. A sexopolítica torna-se não somente um lugar de poder, mas, sobretudo, o espaço de uma criação na qual se sucedem e se justapõem os movimentos feministas, homossexuais, transexuais, intersexuais, transgêneros, chicanas, pós-coloniais... As minorias sexuais tornam-se multidões. O monstro sexual que tem por nome multidão torna-se queer. (PRECIADO, 2011, p. 14)

Essas multidões apontadas pelo autor foram consideradas protagonistas no desenvolvimento dos estudos queer, levando a questão para um todo social que envolvia muito mais do que apenas estudos feministas brancos de classe média. O aparecimento dessas pessoas em espaços de luta se tornou motivo de alerta para a ordem capitalista patriarcal estabelecida, e surgiram termos depreciativos utilizados com essa parte da população. Com isso, houve também um movimento de resignificação desses termos, como afirma Preciado: “As identificações negativas como ‘sapatas’ ou ‘bichas’ são transformadas em possíveis lugares de produção de identidades resistentes à normalização, atentas ao poder totalizante dos apelos à ‘universalização’.” (PRECIADO, 2011, p. 15)

É possível observar em campo que algumas mulheres trans se referem a elas mesmas como “viados”. Também pode-se perceber algumas que se consideram travestis e mulheres trans ao mesmo tempo, como se as duas se tratassem de uma identidade única. A diretora geral da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) Keila Simpson, em texto publicado pelo Ministério da Saúde, define essas duas identidades como distintas porque a identidade travesti não se enquadra no sistema binário em que vivemos. Para Keila, mulheres transexuais têm o termo “transexual” como uma de suas muitas características pessoais, já as travestis são sim uma identidade feminina, porém não se entendem como mulheres (sejam trans ou cis):

Diferentemente do que é difundido pelas mulheres trans, travestis não querem ser identificadas como mulheres travestis. Elas reivindicam, sim, o respeito a suas vivências e individualidades, bem como o viver no gênero feminino, assim como o direito de serem respeitadas suas identidades de gêneros dentro desse universo feminino. (SIMPSON, 2015, p. 10)

É preciso ter em mente que nem sempre as identidades são separadas por “caixinhas” na qual o indivíduo se insere em apenas uma e nunca sai dela. O reconhecimento de sua identidade é um processo que, para algumas pessoas, pode levar uma vida inteira, uma vez que durante a vida e as experiências de cada indivíduo essa identidade se transforma. Hoje é possível observar pessoas que fluem dentro das identidades, podendo compor uma ou mais letras da sigla LGBTQIAPN+, o que evidencia com ainda mais certeza que o ser humano não se define em apenas uma coisa, mas sim, em sua multiplicidade.

1.1 AS CAIXAS

Para exemplificar a separação em “caixas” e entender seu significado, é preciso pensar quais mecanismos são utilizados para dividir as pessoas e quais as categorias existentes para se pertencer. Os seres humanos são condicionados a se definir a todo momento: qual classe, raça, gênero, sexualidade possui e o que isso significa dentro da sociedade como um todo, ou seja, em qual lugar a pessoa se encontra em relação ao resto dos indivíduos. Essas definições não se dão apenas por uma questão individual, mas sim pela influência e determinação das pessoas e do ambiente em que se inserem.

Richard Miskolci (2012) começa seu livro “Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças” falando sobre um dos espaços mais disciplinadores e controladores que existem até os tempos atuais: as escolas. Para a análise, o autor descreve momentos de sua infância em que marcadores de gênero eram reforçados constantemente, e que a separação binária de meninas/meninos, feminino/masculino era evidenciada a todo momento. Dentro da perspectiva queer, “as identidades socialmente prescritas são uma forma de disciplinamento social” (MISKOLCI, 2012, p. 10), ou seja, de controle dos corpos e identidades, e para que isso ocorra, as escolas são ambientes ideais para exercer essa normalização, uma vez que “a escola pune e persegue aqueles e aquelas que escapam ao controle, marca-os como estranhos ‘anormais’, indesejáveis” (MISKOLCI, 2012, p. 11).

Como resultado desse movimento, surgem seres que não se encaixam nas identidades pré-estabelecidas e que atualmente, com o avanço dos estudos de gênero, podemos compreender os motivos dessa falta de identificação, dentre eles, a imensidão de definições existentes dentro da comunidade LGBTQIAPN+, que hoje apresenta algumas outras letras e significados que não cabem na pesquisa no momento. Há muitas pessoas que acreditam se enquadrar em mais de uma definição, bem como outros que ainda não se sentem totalmente representados, por isso, a importância do avanço desses estudos e a divulgação dos achados para contribuir efetivamente com a sociedade. No estudo, uma das entrevistadas fluiu entre se identificar como mulher trans e também como travesti, duas identidades distintas mas que podem se confundir por apresentarem semelhanças. De qualquer forma, em ambientes de convivência como a escola, existe um movimento de dominação dos corpos que se dá a partir da imposição de uma performatividade exigida.

Outra forma de domesticação dos corpos e estabelecimento de padrões, bem como a escola e o cinema, é a moda, parte importante da cultura de cada sociedade e aqui considerada como uma tecnologia de gênero. Esse termo, trazido por Teresa de Lauretis em 1987, explica como o gênero é algo construído e afirma que é “o conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais” (LAURETIS, 1987, p. 208). Carneiro (2019) reflete sobre o surgimento da influência da moda na época do Renascimento, no qual era relacionada com os hábitos da burguesia e que, desde aquela época, já servia como mecanismo de diferenciação social, com elementos que marcavam a classe social, a raça, a idade e o gênero e que até hoje são utilizados com os mesmos fins (CARNEIRO, 2019). Apesar das transformações ocorridas, a moda segue como ferramenta de materialização da cultura no período atual. É a partir da segunda metade do século XIX que há uma ruptura nas formas de vestir da sociedade e um novo padrão é estabelecido: sobriedade e formalismo para os homens e beleza e sensualidade para as mulheres (CARNEIRO, 2019). Esse movimento faz aumentar a oposição homem/mulher, feminino/masculino uma vez que marca quase que fisicamente a forma com que cada indivíduo deve assumir seu papel dentro do todo social.

A moda (como tecnologia) bem como raça e sexualidade (como marcadores sociais), é um elemento importante para compreender a formação das identidades das pessoas em situação de rua aqui estudadas, pois a expressão de gênero, em sua grande maioria, se dá pelas vestimentas e acessórios utilizados pelo indivíduo nos espaços em que se insere, além de determinados comportamentos como forma de falar e andar. Desta maneira, esse elemento se torna um dos principais para a demarcação das “caixas” em que cada pessoa se insere.

Leite Junior (2008) revisita Butler ao discutir a relação complexa de gênero X sexo X prática sexual X desejo e mostra que existe uma dificuldade de compreensão desses âmbitos quando não seguem a lógica de que uma pessoa nascida com pênis é um homem e por isso ele deve se relacionar com mulheres e sentir desejo sexual por elas (LEITE JUNIOR, 2008). Quando essa dinâmica não ocorre dessa forma, surgem os “desviantes”, pessoas que não se enquadram nesses padrões. É preciso levar em conta que outros elementos como a religião, tecnologia e medicina constituem papel importante na normatização de gênero por serem também responsáveis por organizarem as relações de poder na sociedade (FOUCAULT, 1988; LEITE JUNIOR, 2008)

1.2 O (NÃO) PERTENCIMENTO

Manuel Castells (1999) faz uma importante reflexão acerca do mundo globalizado e os efeitos causados nos indivíduos e na sociedade como um todo. Para o autor, o movimento de globalização faz com que as pessoas se conectem a partir de interesses em comum “tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural, comunal” (CASTELLS, 1999, p. 79). Assim como Stuart Hall (2006), esse movimento concerne em uma dinâmica de fortalecimento dessas identidades a partir da junção dos grupos.

Levando em consideração os MDR, o esforço de pertencer se torna ainda maior, uma vez que esse grupo sofre todas as formas de exclusão possíveis. São retirados

dos espaços de convivência urbana, do mercado de trabalho formal e muitas vezes, de suas famílias, abrindo uma lacuna em cada indivíduo no que tange o pertencimento a algo. Dentro do capitalismo, eles se incluem no exército industrial de reserva, ponto importante para a manutenção do sistema, uma vez que é necessário existir um excedente de produção. Ao se encontrarem em situação de rua, existem dois movimentos que podem ser observados de maneira geral nessa população, a saber: i) a completa exclusão, inexistência de busca por construir relações, sejam institucionais ou pessoais; e ii) a busca por amigos ou companheiros que supram a necessidade de uma família para o indivíduo, podendo existir variados arranjos familiares.

Observando o primeiro movimento, percebe-se uma maioria de homens cisgêneros, normalmente com idade entre 25 e 45 anos, que vivem em territórios isolados. Em algumas abordagens realizadas com a equipe do SEAS, foi possível acompanhar alguns moradores de rua que não acessavam o serviço do Centro Pop e um de seus únicos vínculos institucionais se dava com essa equipe. De 5 homens acompanhados que se encontravam nessa situação, nenhum deles frequentava o Centro Pop ou a Casa de Passagem, não utilizavam serviços de saúde básica como Unidade Básica de Saúde (UBS) e nem Unidade de Saúde da Família (USF), utilizando apenas de serviços emergenciais como Pronto Atendimento. Todos eles viviam sozinhos em locais afastados do centro urbano, sem realizar nenhum esforço ou manifestar desejo de construir relações com outras pessoas.

Durante o estágio, foram atendidas 2 mulheres que possuíam hábitos parecidos (viver afastada dos centros, sozinha, sem utilizar os serviços socioassistenciais e de saúde), porém, as duas mantinham vínculos familiares, mesmo que fragilizados, com parentes que viviam na cidade. As duas possuem idade entre 55 e 65 anos, são brancas e ficavam em regiões próximas às casas de seus familiares. Uma delas vivia com seu companheiro que faleceu, e em conversa durante o atendimento, ela afirmou que preferiu ficar próximo à casa de um dos filhos por se sentir mais segura. A partir daí é possível observar a diferença de comportamento entre homens e mulheres cis em situação de rua, no que diz respeito à manutenção de relações que podem trazer alguma segurança, seja física, patrimonial ou mesmo emocional.

O segundo movimento se percebe em um maior número de pessoas em

situação de rua, seja a busca por relações com pessoas ou locais de referência. Nesse movimento se encontram as informantes da pesquisa. Todas elas possuem vínculo forte com as instituições socioassistenciais da cidade, bem como com unidades de saúde, além de se apresentarem mais organizadas⁶ que muitos na mesma situação. Além do vínculo institucional, essas pessoas criam relações com outros que estão na mesma situação, o que facilita na criação de sua rede.

Como sugerido, a rede de apoio criada pelos MDR pode contemplar não apenas pessoas, mas também lugares específicos nos quais o indivíduo se sente seguro. Peruzzo e Volpato (2009) fazem um apanhado geral do conceito clássico de comunidade, trazendo reflexões e definições de pensadores como Max Weber e Manuel Castells, entre outros. No texto, refletem sobre a construção ou recuperação do “local”, que se define a partir da criação de laços com pessoas e territórios, em busca de espaços que

tendem a representar segurança e proteção em um mundo aparentemente instável, de proporções globais etc. Uma vez estruturados com base em harmonia e solidariedade, seriam espaços de abrigo e amparo em meio às turbulências da vida urbana. (PERUZZO, VOLPATO, 2009, p. 140);

questão essa que vai de encontro com vivências de muitas das pessoas que sobrevivem na rua. Dessa forma, a busca por pessoas com quem podem dividir suas vidas se traduz como forma de proteção para enfrentar as dificuldades da vida que têm. Por esse motivo, torna-se importante investigar as relações criadas por essas pessoas e as semelhanças e diferenças entre suas vivências domésticas passadas.

Ao falarmos das mulheres cisgênero, percebe-se uma procura por uma companhia majoritariamente masculina, buscando uma relação afetivo-sexual. Diferentemente de mulheres trans ou travestis que se juntam entre sua própria comunidade, as mulheres cis normalmente buscam companhias do gênero oposto. Nesse sentido, as mulheres estudadas aqui podem buscar o lugar que querem ocupar,

⁶ O termo “organizada”, dentro do serviço ofertado no Centro Pop se refere à pessoa que possui melhores condições de sobrevivência na rua, normalmente é a que utiliza dos serviços assistenciais, realiza acompanhamento médico regular, possui renda e, em sua grande maioria, consegue superar ou chegar próximo da superação da situação de rua. Um dos motivos principais para a desorganização dessas pessoas é o uso abusivo de substâncias psicoativas, bem como a presença de transtorno mental grave como esquizofrenia, dentre outros.

por busca de segurança ou qualquer outro motivo, mesmo que isso as coloque em um novo ciclo de violência.

O pertencimento para mulheres trans e travestis ocorre num movimento diferente. Antes de tudo, esse grupo precisa de maneiras que o faça ter reconhecimento como seres humanos. Dentro dessa lógica, na grande maioria dos casos é possível ver uma busca por uma aparência que condiga com os padrões instaurados na sociedade, padrões esses que legitimam a pessoa como pertencente ao grupo. Rodrigues (2023) trata desse assunto a partir da passabilidade, que se define como

a possibilidade de circular sem serem notados ou identificados enquanto transexuais, e desse modo, sem serem incomodados ou violentados. Contudo, a passabilidade tem várias faces e nuances, figurando não só na aparência, mas também no comportamento, na voz, vestuário, estilo de falar, gesticular e na reprodução dos estereótipos de gênero, que pode ser entendido como performance de gênero. Todos esses aspectos somados servem como fator que legitima ou deslegitima a identidade da pessoa trans. (RODRIGUES, 2023, p. 64)

A busca constante por modificações corporais e comportamentais das pessoas trans e travestis se encontra dentro desse campo, o que se torna ainda mais relevante para pessoas em situação de rua, uma vez que esse grupo já sofre uma marginalização por sua classe. Portanto, é possível compreender então as motivações destas entrevistadas em se tornar cada vez mais femininas aos padrões instaurados nos dias de hoje. Ao mesmo tempo, muitos órgãos de saúde, segurança e assistência social seguem uma lógica ultrapassada de biologização. Não uso do nome social em atendimentos de saúde, separação de pessoas por sexo biológico e não por gênero em instituições de acolhimento, não reconhecimento da identidade de gênero em abordagens policiais; todos esses são exemplos de questões que esse grupo ainda passa, e com maior frequência enquanto estão na rua.

Dentro do atendimento no Centro Pop, bem como nos outros órgãos da assistência social, a equipe sempre foi orientada a utilizar o nome social dos atendidos, além do uso dos pronomes femininos ao atender mulheres trans. Apesar disso, alguns relatos das próprias usuárias do serviço mostram que mesmo com a orientação, já

sofreram preconceito em alguns serviços, não tendo sua identidade de gênero respeitada.

2. FAMÍLIA EU QUEM ESCOLHO

Para falarmos sobre os objetos de estudo, é necessário antes de tudo compreender um pouco da história por trás de cada uma dessas pessoas. Para isso, falar de suas famílias e relações familiares (rompidas ou não) tem peso essencial para esta pesquisa. Na sociedade contemporânea, percebe-se uma mudança nas composições familiares em comparação com o século passado, tanto no Brasil como fora dele. Após a realização de um apanhado histórico, Peixoto, Singly e Cicchelli (2000) afirmam que houve uma transformação no indivíduo em relação a sua família, principalmente a partir da segunda metade do século XX, mas que apesar de agora os indivíduos terem mais autonomia em relação aos seus parentes, o ambiente familiar ainda serve como mecanismo de reprodução social e biológica da sociedade:

A modernidade da família europeia, que se manifesta através da concessão de um lugar maior aos indivíduos - aos pequenos como aos grandes, às mulheres como aos homens -, parece se conciliar com o papel que a família desempenha para que uma certa ordem social, desigual, se perpetue. (PEIXOTO, SINGLY, CICHELLI, 2000, p. 8)

Com o aumento da expectativa de vida das pessoas, bem como a baixa taxa de fecundidade e a maior inserção da mulher no mercado de trabalho, surge um alerta para uma possível crise familiar, movimento que poderia desestabilizar os modos de dominação presentes nessa instituição, porém, o que se viu com o passar dos anos foi na verdade uma transformação. As famílias de classe média branca e burguesa do período anterior aos anos 1960 eram centradas principalmente na ideia dos papéis estabelecidos na estrutura patriarcal e dominadora do sistema capitalista, com o pai como o provedor, que vai ao trabalho para sustentar seus filhos, a mãe como a responsável pelo cuidado com a casa e a cria, e disponível para seu marido.

Nas décadas seguintes, com o aumento das discussões feministas, a crítica ao casamento como forma de dominação das mulheres aumenta, mas traz consigo a

valorização deste por ser o arranjo que permite essa configuração: a hierarquia presente no contrato de casamento advinda da subordinação da mulher ao marido (PATEMAN, 1988; MOREIRA, 2016). As famílias atuais não mudaram tanto em relação ao afeto, já que continuaram motivadas pelo sentimento para continuarem juntas: o casamento só continua se o casal se ama, os pais devem cuidar e amar seus filhos (PEIXOTO, SINGLY, CICCHELLI, 2000). Apesar disso, a família moderna aumenta o foco para o indivíduo, porém, este encontra nela uma estabilidade que lhe foi tirada a partir de sua individualização. O desejo de pertencer a um grupo ainda prevalece por ser uma das formas de obter segurança, bem como desenvolver relações afetivas.

Ao apontarmos esses segmentos da população de rua (mulheres cis e trans e travestis) como objeto de estudo, percebe-se que algumas dessas pessoas possuem uma notável rede de apoio fora do ambiente da rua, porém, isso não reflete o que acontece na maioria dos casos. Dentre as entrevistadas para este estudo, todas afirmam possuir pessoas, locais ou instituições que consideram como suporte em momentos de dificuldade. Duas delas afirmaram ter contato próximo com familiares, e que podem contar com o apoio dessas pessoas em momentos específicos (falta de dinheiro, necessidade de atendimento de saúde, abrigo eventual, entre outros). As outras entrevistadas afirmam ter pouco ou nenhum contato com seus familiares, mas garantem que possuem amigos/colegas que consideram “irmãos”, e buscam essas pessoas quando precisam.

Por isso, muitas vezes as pessoas que se encontram nessa situação de vulnerabilidade buscam como forma de proteção e tentativa de sobrevivência assumir papéis de submissão tal qual ocorre nos contratos de casamento de Pateman. Isso ocorre, em sua maioria, com mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ que se encontram no ambiente da rua, uma vez que são os grupos mais vulneráveis. Apesar de não ser uma regra geral, dentre as mulheres (cis e transgêneras/transexuais) em situação de rua na cidade pesquisada, a maioria delas afirma ter ou já ter tido um companheiro que considerava seu marido/namorado. Dentre as que fizeram essa afirmação, todas afirmaram ter começado essa relação num momento em que se sentiram inseguras, com medo ou então carentes.

A partir do campo, foi possível constatar que esses comportamentos raramente eram comuns entre os homens cisgêneros heterossexuais. A grande maioria dos homens não buscava uma companheira, mas mantinha amizades com outros homens. Essa relação de amizade em alguns casos era mais forte do que pessoas que tinham parentes também em situação de rua.

Dentro dessa perspectiva, é possível perceber que muitos indivíduos que vivem nessa situação acabam criando vínculos com outros que também estão na mesma, formando novas famílias. Ao analisar essa visão, pode-se dizer observar a criação de “papéis” dentro desses arranjos familiares. A grande maioria dos homens em situação de rua observados durante o estágio têm relações fortes com outros homens, com o sentimento de fraternidade. Muitos deles mantêm pouco ou nenhum contato com seus familiares, mas criam vínculos com seus semelhantes que perduram por muitos anos. Já as mulheres observadas nem sempre possuem outras amigas mulheres em situação de rua, mas muitas apresentam companheiros. Dentro desses relacionamentos, na grande maioria das vezes se observa uma busca por cuidado e proteção, que são fornecidos quando a relação ocorre nos termos em que o homem a define.

Sobre esse aspecto, se torna pertinente a discussão trazida por Tiene (2004), na qual a autora discorre sobre as estratégias de proteção adotadas pelas mulheres na rua. Em seu trabalho “Mulher moradora na rua: entre vivências e políticas sociais”, a autora mostra de que forma esse segmento da população consegue sobreviver dentre as dificuldades existentes no espaço público. Em muitos casos, a mulher acaba por trocar seu corpo para obter segurança, ou seja, sofrem abusos e violências de seus companheiros para não sofrerem essas violências de outras pessoas. Tiene resume esse movimento em uma forma de submissão, na qual as mulheres têm seus corpos como moeda de troca, possuindo uma utilidade para o homem na qual ela se relaciona (TIENE, 2004).

Silvia Federici (2019) traz uma importante análise da construção da identidade da mulher a partir de uma domesticação de seus corpos e suas atividades desde nova, levando em conta o sistema capitalista, principal culpado por esse fato. Dentro deste

contexto, a autora disserta sobre a problemática do não reconhecimento do trabalho doméstico como realmente um trabalho. Por não ser uma atividade remunerada (apesar de compreender uma série de atividades pesadas física e emocionalmente), não é reconhecida dentro do sistema como um trabalho, ou seja, um esforço que será retribuído com dinheiro para a sobrevivência. Dentro desse sistema, a autora defende que o trabalho doméstico foi colocado como algo intrínseco às mulheres, como parte de sua essência, e não é considerado um trabalho exatamente para que não exista essa remuneração (FEDERICI, 2019).

Seguindo esse pensamento, é preciso também levar em conta que dentro deste sistema, o capital é o elemento mais importante e por isso todas as relações giram em torno dele. Nesse sentido, as mulheres da classe trabalhadora possuem menos oportunidades de mudar essa condição de dependência financeira de seus companheiros e se submetem a situações degradantes por sua sobrevivência. A partir disso, Federici aponta que

[...] é quase impossível aproveitar qualquer liberdade se, desde os primeiros dias da sua vida, você tem sido treinada para ser dócil, subserviente, dependente e, o mais importante, para se sacrificar e até mesmo sentir prazer com isso. Se você não gosta, o problema é seu, o fracasso é seu, a culpa e a anormalidade são suas. (FEDERICI, 2019, p. 44)

portanto, ao analisar as formas de dominação existentes desde o início no sistema capitalista, pode-se considerar o elemento central da diminuição da mulher dentro da sociedade, como forma de manutenção do sistema. É a dominação e formação da mulher desde seu nascimento, e a manutenção da ordem existente dentro do sistema.

Quando falamos sobre as mulheres que vivem em situação de rua, é possível compreender que existe uma continuação deste ciclo mesmo fora do espaço doméstico tradicional. Pela dominação sofrida desde seu nascimento nos moldes do sistema, as pessoas em situação de rua tendem a reproduzir os mesmos comportamentos que viviam durante sua vida em família até o momento de deixar suas casas. Homens cisgêneros e heterossexuais buscando ser a figura do provedor, sendo auto suficientes em breves momentos, mas em outros, construindo relações nos moldes que fazem mais sentido no momento, em busca de uma mulher que os sirva da maneira que

desejarem. Por outro lado, mulheres de forma geral, acabam buscando essa relação, mesmo sabendo que podem sofrer as mesmas violências que sofriam dentro de sua casa, com sua família. Por isso, em muitos momentos da pesquisa de campo, é seguro dizer que mesmo com a consciência dos possíveis riscos que elas podem sofrer, as mulheres pesquisadas buscaram por relações consideradas convencionais pela certeza de que teriam uma mínima segurança (ou pelo menos, sensação de). Para isso, algumas dessas mulheres apresentavam comportamentos que as colocariam numa situação de dependência e submissão em troca de estabilidade.

É possível perceber alguns desses comportamentos considerados submissos como no relato de Cristina, uma mulher cisgênero heterossexual, de estatura baixa, cabelos longos e escuros, pele clara e que normalmente se veste com roupas consideradas femininas. Na entrevista realizada, a informante relata que durante sua permanência nas ruas, manteve relacionamentos com alguns homens (cis-hetero)⁷ e nesses relacionamentos, em sua maioria, ocupava o papel da mulher frágil e submissa, que está à disposição de seu companheiro quando solicitada. Cristina comenta que quando morava com sua família ocupava a mesma posição de seus relacionamentos na rua, e que sente que dessa forma consegue algumas vantagens que outras mulheres da rua não conseguem:

Eu saí de casa porque fui estuprada pelo meu padrasto. Na época, minha mãe me *tirou de louca*, falou que eu “tava” inventando tudo, aí eu comecei a beber, usar droga, e não consegui mais ficar em casa e resolvi sair. Ela sempre me bateu e ele era daqueles pais que não deixam a gente fazer nada. Ele garantia comida e um teto, mas depois que aconteceu [a violência sexual], eu falei “não vou mais ficar aqui não!”. (Cristina)

Dentro da estrutura familiar de Cristina, bem como de muitas mulheres da sociedade, podemos perceber também a influência do patriarcado dentro de cada um dos núcleos. Rosa e Brêtas (2015) fazem uma importante análise acerca da dimensão simbólica do poder exercido pelas figuras masculinas nas famílias de mulheres em situação de rua de São Paulo, e também procuram compreender algumas situações em que as mulheres estudadas também se utilizam do estereótipo frágil para chegar

⁷ Homens cisgênero e heterossexuais.

em determinados objetivos. Acerca deste tema, os autores mostram a relevância desse poder exercido pelas figuras masculinas familiares ao dizerem que

No processo relacional, a mulher também protagonizava a disputa por espaço e poder. Chegava a apoiar-se nos estereótipos de fragilidade para subverter situações a seu favor. Mas, na medida em que expunham suas contrariedades e resistiam à dominação, violentavam e eram violentadas (ROSA, BRÊTAS, 2015, p. 280).

Ou seja, apesar de em alguns momentos a fragilidade apresentada ser útil e relevante para a vida dessas mulheres, por outro lado, ao contrariarem a ordem estabelecida, sofrem diversos tipos de violências. Os autores percebem comportamentos como os de Cristina, na medida em que as mulheres entrevistadas passaram por situações de dominação e poder vindas de seus pais, padrastos ou irmãos, e também de violência, tanto física quanto simbólica:

Nas trajetórias de vida das mulheres em situação de rua, destacamos os embates de forças e poderes no contexto familiar. Parentes, companheiro e/ou companheira tentaram exercer funções disciplinadoras sobre suas vidas. Cerceavam suas escolhas e não contribuíam, ou, até mesmo, dificultavam o alcance da autonomia. Colocar a mulher na condição de dependência reiterava e reforçava o poder exercido (ROSA, BRÊTAS, 2015, p. 280).

Estando ou não em situação de rua, grande parte das mulheres se encontram em relações de dependência de companheiros ou familiares, e enquanto mantêm a figura de fragilidade e aceitação das regras, suas relações são mantidas intactas. Ao ocorrer a quebra desse ciclo, muitas delas começam a ser violentadas, e por muitas vezes, decidem seguir suas vidas de outra forma.

Ao falarmos de mulheres trans ou travestis, a história pode também ser bem parecida, mas com suas particularidades, levando em consideração seu gênero e/ou sexualidade. A população LGBTQIAP+, de acordo com Campos e Moretti-Pires (2016), pode muitas vezes encontrar na rua uma forma de aceitação e afeto que não encontraram em casa, tornando o ambiente familiar pior do que a vivência na rua. Isso fica muito evidente quando observamos mulheres trans que mantêm um relacionamento na rua. Grande parte dessa comunidade não é aceita por sua família ao se assumir para a sociedade, o que muitas vezes acarreta em sua expulsão de casa

e exclusão de seu círculo familiar, e vêm nas ruas a oportunidade de construir sua própria, do jeito que desejam.

Pelas entrevistas realizadas com algumas mulheres trans neste trabalho, o principal relato que elas pontuam ao serem questionadas sobre o motivo pelo qual foram pras ruas é o fato de terem “saído do armário”, bem como, pelo uso abusivo de substâncias psicoativas. Campos e Moretti-Pires (2016), ao analisarem estudos internacionais⁸ acerca do tema, concluíram que muitos dos jovens LGBTQIAP+ que se encontram em situação de rua têm como motivação para saída de casa os conflitos familiares, muitas vezes agressões físicas e sexuais, sofridas dentro do ambiente familiar.

Ângela, uma mulher trans entrevistada, relatou que apesar de difícil, a relação com sua família não foi o principal motivo de ida às ruas, mas sim o uso abusivo de drogas. Diz que, quando criança, sofreu algumas imposições de sua mãe, como cortar o cabelo curto e usar roupas consideradas masculinas, mas que com 14 anos resolveu que não aceitaria mais viver essa realidade, resolveu se assumir e relata que apesar de difícil, teve o apoio de sua família. Já nas ruas, passou por algumas situações que foram contra esse movimento realizado quando nova; já teve que esconder sua identidade feminina para ser aceita, por exemplo, em clínicas de reabilitação ou albergues que separavam indivíduos em homens e mulheres. Para usufruir de um direito seu que é o acesso às políticas públicas, teve que passar por cima de sua identidade. Conta que já viveu em albergues e abrigos de várias cidades do país e que, em sua grande maioria, não podia ser acolhida da maneira que se identificava, mas sim, por seu sexo biológico.

Na cidade de São Carlos, afirma nunca ter precisado esconder sua identidade, mas que já teve medo de ficar nos acolhimentos da cidade pois não havia separação de gênero. A partir de 2022, com a inauguração da Casa de Apoio Feminina de São Carlos, Ângela passou a frequentar com mais tranquilidade o serviço de acolhimento e não sentir medo de algum tipo de violação, afirma ela. Dentre os motivos, o que mais

⁸ Os autores reuniram pesquisas do Canadá, Inglaterra e EUA. Ver Fitzpatrick S, Pawson H, Bramley G, et al. The homelessness monitor, 2017.

preocupava Ângela era o fato de poder ser estuprada ou espancada no albergue masculino, medo que não sentiu no feminino. Quanto ao medo de ser roubada, disse não sentir pois “poderia acontecer em qualquer lugar, mesmo na rua” (Ângela).

Diferente de Ângela, Camila, uma outra mulher trans que aceitou contribuir com a pesquisa, conta que foi expulsa de casa por não ser aceita por sua família. Essa usuária do serviço, uma mulher trans, alta, cabelos longos castanhos e com mechas loiras, relata que começou o processo de auto reconhecimento com 12 anos, quando percebeu que tinha “algo errado com seu corpo”. Nesse período, conta que teve muitos momentos conflituosos com sua família e que a partir de um momento, rompeu laços com seus pais pela sua orientação sexual. Na época, ainda se entendia como um homem gay. Depois de deixar sua casa, aos 14 anos, começou a fazer tratamento hormonal, porém sem acompanhamento médico, prática comum entre mulheres trans de baixa renda. Garcia (2007) pode discorrer um pouco sobre essa temática com as frequentadoras do grupo que coordenou durante sua pesquisa de Doutorado. Nele, o autor comenta sobre as formas em que as travestis que participavam do grupo usavam de procedimentos médicos para a modificação ou adequação de seu gênero, dentre eles, o uso de hormônios e de implantes de silicone. No estudo, Garcia disserta sobre a popularização dessas técnicas em meados de 1970 e 1980 e também sobre a falta de cuidados ao realizar essas práticas:

A apropriação por parte delas das tecnologias de transformação do corpo era bastante peculiar e quase sempre alheia ao controle médico. Havia, por exemplo, uma série de “regras” sobre as formas adequadas ou não de se tomar hormônios que certamente seriam desaconselhadas pela totalidade dos médicos pelas altas doses e inconstância de utilização dos mesmos. Com relação à utilização do silicone, tal desautorização seria ainda mais evidente, uma vez que há riscos de infecção e reação alérgica com o uso de silicone industrial. (GARCIA, 2007, p. 84)

A mesma informante também conta que com o tempo foi se entendendo mais como mulher e fez mudanças corporais para se sentir mais feliz com sua aparência. Apesar de muito perigoso, optou por colocar próteses nos seios e glúteos feitos com silicone industrial, material altamente tóxico mas muito utilizado por pessoas que não tem condições financeiras para arcar com cirurgias tradicionais, fato comum entre

travestis de baixa renda. Também realizou plástica no nariz, afirmando que “queria um nariz mais fininho, delicado, sabe?”.

Apesar de não ter relações próximas com seus pais, Camila conta que mantém um contato bem limitado com alguns parentes por redes sociais, mas que criou uma família na rua, por já estar há bastante tempo em São Carlos, longe de sua cidade natal, localizada na região nordeste do Brasil. Afirma que, nesse tempo de rua, nunca teve um companheiro fixo com quem construiu uma família, mas que seus amigos fazem esse papel para ela.

3. “MULHER DA RUA”

A partir da pesquisa empírica realizada no ambiente do estágio, pude conviver com algumas usuárias do serviço que procurei inserir na pesquisa, a fim de demonstrar a hipótese. Dentre elas, conversei com Bárbara, uma mulher cis, de aproximadamente 50 anos, preta, de cabelos cacheados e curtos, além de postura firme. Também pude conversar com Tamires, outra mulher cisgênero, que também possui cabelos curtos e chaceados, mas tem pele clara e voz mais fina e “delicada”. Tamires tem 25 anos. Somando às duas informantes citadas, conversei também com Kadija, outra mulher cis, de pouco mais de 40 anos, preta, de cabelos médios e cacheados. As três mulheres citadas são consideradas gordas pelos padrões da sociedade, duas delas, mulheres pretas, e essa informação se mostra relevante ao ponto em que, por essa característica, elas são consideradas fortes e em alguns casos, agressivas. Dentro dessa lógica, é possível retomar a questão racial para exemplificar esse pensamento. Os padrões de beleza seguem sua época, portanto, existiram períodos na antiguidade nos quais o corpo magro era considerado doença, enquanto o corpo gordo era sinônimo de saúde. Da mesma maneira, houve momentos em que a valorização da magreza se tornou natural, sendo o principal objetivo das mulheres (SEIXAS, MARTINS, 2023). As autoras afirmam que

Houve um esforço de teóricos raciais em ligar o corpo gordo a negritude na imaginação europeia, com argumentos que diziam que as mulheres negras tinham propensão a gordura, que possuíam nádegas protuberantes e barrigas projetadas para

foras, sempre associando elas à animalidade e as mulheres brancas a magreza. (SEIXAS, MARTINS, 2023, p. 5).

Dentro dessa lógica, é possível compreender que, estruturalmente, a sociedade ainda continua reproduzindo padrões e comportamentos antiquados que ferem o corpo negro e gordo. Essa agressividade apontada como natural desses corpos se refere ao fato dessas mulheres apresentarem postura firme em suas manifestações, atitude essa que ao levar em consideração o padrão desejado, não condizem com a figura que seria considerada a ideal por um parceiro.

As mulheres estudadas neste capítulo são mulheres cis⁹ que se encontram em situação de rua na cidade de São Carlos e puderam contribuir com a pesquisa a partir de entrevistas concedidas, mas também com a convivência quase que diária e com as conversas do cotidiano. É importante ressaltar que, para este estudo, faremos uma diferenciação entre mulheres cis e mulheres trans, levando em conta principalmente a identidade e a expressão de gênero de cada uma delas, para que possa ser observado com mais clareza os pontos expostos que sejam compatíveis com a hipótese. Num segundo momento, falaremos das mulheres trans e das travestis, grupo bastante presente no contexto de rua.

Para as mulheres, viver na rua tem um outro ponto de vulnerabilidade e perigo, ao levarmos em conta os dados da violência contra a mulher no Brasil. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023¹⁰, o número de estupros e estupros de vulneráveis com vítimas mulheres no Brasil registrados em 2022 foi de 65.569 casos, o estado de São Paulo lidera o ranking com 11.887 casos registrados. Esses dados englobam essa violência tanto em âmbito doméstico, quanto em vias públicas. Os casos de feminicídio somam 1.437, enquanto os homicídios com vítimas mulheres são 4.034. Vale destacar que o feminicídio se define como o assassinato de mulheres cometidos em razão do gênero, e homicídios com vítimas mulheres não necessariamente foram cometidos pela condição da vítima de ser mulher, mas pode

⁹ Mulheres que nasceram com sexo biológico feminino (útero, ovários, vagina) e que se identificam com o gênero designado ao nascer (fêmea/mulher).

¹⁰ Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>>. Acesso em 16/09/2023.

englobar outras motivações também. Além dessa forma de violência, outras também foram compiladas no anuário da violência:

Além dos crimes contra a vida, as agressões em contexto de violência doméstica tiveram aumento de 2,9%, totalizando 245.713 casos; as ameaças cresceram 7,2%, resultando em 613.529 casos; e os acionamentos ao 190, número de emergência da Polícia Militar, chegaram a 899.485 ligações, o que significa uma média de 102 acionamentos por hora. Além disso, registros de assédio sexual cresceram 49,7% e totalizaram 6.114 casos em 2022 e importunação sexual teve crescimento de 37%, chegando ao patamar de 27.530 casos no último ano. Ou seja, estamos falando de um crescimento muito significativo e que perpassa todas as modalidades criminais, desde o assédio, até o estupro e os feminicídios. (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023)

Pode-se perceber então com os dados acima que a situação das mulheres no contexto brasileiro é envolta por violências e violações de direitos. Mulheres que sofrem violência física e psicológica dentro do ambiente doméstico sofrem com uma série de outras violações. Independente de sua expressão de gênero, são mulheres que se encontram sujeitas à violência dentro de sua própria casa, e tem como forma de proteção ou defesa apenas as autoridades de segurança. Muitas delas conseguem superar essa situação e sair desse quadro, mudando-se de casa e se separando de seu agressor (que em sua maioria, são seus próprios companheiros). Ao realizar esse movimento, muitas mulheres constroem uma rede de apoio sólida que serve de amparo nos momentos de dificuldades.

É importante também ressaltar que, em sua maioria, a violência sofrida, seja ela física, psicológica, patrimonial, entre outras, independe da forma que a mulher se mostra para a sociedade, ou seja, sua expressão de gênero, sua forma de vestir ou agir, não são os motivos reais para que essas mulheres sejam vítimas. Também se faz necessário levar em conta a violência sexual, que, da mesma maneira que as supracitadas, também são causadas em sua maioria por companheiros ou familiares das vítimas de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 que mostra que 82,7% dos casos registrados de estupro foram cometidos por conhecidos

da vítima, sendo 37,9% dos casos identificados com autoria de companheiros, além disso, 57,8% dos estupros registrados ocorreram na residência das vítimas.¹¹

Já no contexto da rua, é possível observar um movimento um pouco diferente do ambiente privado/domiciliar, por não existir tão claramente a demarcação dos limites entre o “meu” e o “seu”. Roberto DaMatta coloca um ponto interessante sobre a dualidade casa/rua quando diz:

Quando digo então que "casa" e "rua" são categorias sociológicas para os brasileiros, estou afirmando que, entre nós, estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas. (DAMATTA, 1997, p. 8)

É importante destacar que a rua, como a casa, são espaços de disputa de poder, com normas e leis pré-estabelecidas, a “rua” com um poder um pouco mais controlado visto as ações do Estado e seus braços, já “em casa” existe uma batalha entre seus moradores que ultrapassam o âmbito do poder do Estado e configuram uma diferente disputa, que envolve aspectos como gênero, idade e poder financeiro. Por isso, ao analisarmos mulheres cis em situação de rua observa-se um padrão de comportamento, um conjunto de ações que serve de ferramenta para a manutenção de suas vidas.

Dentre as ações tomadas por elas, inclui-se viver com um companheiro para obter proteção, evitar o uso de roupas consideradas muito femininas como forma de não chamar atenção e, em alguns casos, o porte de armas brancas como facas, tesouras ou outros objetos que podem utilizar para defesa pessoal. Muitas das mulheres cis que participaram dessa pesquisa, e também outras que não tiveram participação direta mas fizeram parte do período de estágio, mostraram os mesmos comportamentos entre si, mas um pouco diferente das mulheres que não vivem na rua.

¹¹ Disponível em: <<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/57>> . Acesso em 01/02/2024.

Uma das entrevistadas é Tamires, uma mulher cis, que se define como heterossexual, está em situação de rua há mais de 6 meses e atualmente vive com um companheiro (que também conheceu na rua). Ela se apresenta usando roupas mais neutras (calças e camisetas largas), cabelos curtos e nenhum acessório. Tamires conta que normalmente adota esse visual por tentar se proteger, dizendo que “o ambiente da rua pode ser muito pesado para as mulheres”, e que até gostaria de se mostrar mais feminina, mas que sabe que “pode sofrer alguma violência se estiver muito ‘mulherzinha’”. Todas as entrevistadas alegaram sentir medo de sofrerem violência sexual, física e patrimonial, como principais motivos de utilizarem das estratégias citadas. Ao analisar essa entrevista e algumas outras, pode-se observar um padrão no comportamento delas em busca de sua segurança pessoal, ao usarem roupas que modelam menos o corpo e tentarem se mostrar o menos diferente possível da maioria que vive nas ruas: os homens.

Dentro dessa perspectiva, é possível observar que a forma como essas mulheres se expressam se diferencia um pouco das mulheres que vivem numa moradia convencional e essa diferença se justifica pela busca por segurança no ambiente da rua. Em conversas com elas, também houve casos da adoção desse visual por pedido de seu companheiro. Algumas delas relataram que seus companheiros “não deixam usar roupa de mulher”, como decotes ou peças que marcam mais seus corpos, pois essa prática faz “chamar atenção para outros caras”, o que causa ciúme.

Dentre as mulheres cis entrevistadas, também foi possível observar um fato curioso envolvendo marcadores como raça e faixa etária. Duas das entrevistadas são mulheres pretas entre 40 e 50 anos de idade, que possuem companheiros há mais de 1 ano. Bárbara compartilhou que já vive com seu companheiro há mais de 5 anos, que os dois são dependentes de álcool e que ela já sofreu violência física e psicológica várias vezes por parte dele. Dentre as entrevistadas, é a que utiliza roupas consideradas mais neutras (por alguns, consideradas masculinas) e comenta que foi mudando seu estilo ao longo da vida, mas que “nunca foi de usar roupa muito curta ou apertada”, por não ser seu estilo preferido. Kadija, a segunda, já se mostra o que seria

considerado como “mulher normal”, usando roupas um pouco mais justas do que Bárbara, porém nada que seja “muito provocante, *pra* não chamar atenção de outros homens.” (Kadija). Já Tamires, mulher com 25 anos, atribui sua escolha de roupas e acessórios à ela mesma. Conta que prefere “se vestir mais confortável, porque a vida na rua já é ruim o suficiente.” (Tamires). Ao ser perguntada se seu companheiro já a fez usar ou deixar de usar determinada vestimenta, respondeu:

Ele nunca me obrigou a trocar de roupa não, apesar de às vezes ele falar alguma coisa, sei que ele faz isso pela minha segurança, porque sabe que alguém pode fazer alguma coisa comigo se eu tiver mostrando muito. Às vezes quando a gente sai junto, eu me arrumo mais, passo uma maquiagem, um brinco maior assim, mas no dia-a-dia quase não uso nada disso. (Tamires)

Kadija também apresenta um relato parecido ao de Tamires ao ser perguntada sobre a escolha de suas roupas, mas conta que seu companheiro já a proibiu de usar determinadas roupas com a justificativa de estar preocupado com sua segurança pessoal. Esse ponto chama atenção por trazer à discussão a falácia de que a vítima de uma violência sexual passa por essa situação pelas roupas que utiliza. Kadija relata que quando deixou seu antigo companheiro e saiu de casa, sentiu muito medo (e ainda sente) de dormir sozinha e ser vítima de abuso sexual. Relatou que já passou por situações de estar dormindo sozinha e acordar com homens que ela não sabia quem eram deitados ao seu lado. Além do medo do abuso, as *mulheres da rua* também estão sujeitas à violência física, por parte de seus companheiros, por outros homens que estão na mesma situação ou pelas forças de segurança da região em que vivem.

Essa insegurança foi um dos motivos pelo qual a entrevistada buscou um parceiro. Durante a entrevista, ela apresenta três justificativas principais para a busca por um companheiro na rua, são eles: insegurança, carência e desejo por ter uma família/alguém para compartilhar a vida, porém, informa que o motivo principal foi realmente o medo de estar sozinha no ambiente da rua. Ao mesmo tempo em que estar com um homem trazia sensação de segurança para ela, foi também motivo de alguns sofrimentos com o passar dos anos. Kadija relata que seu atual companheiro não gosta que ela se arrume muito, e que se ela o faz, esse fato se torna motivo de brigas entre os dois. A entrevistada também comenta que já sofreu violência física de

seu companheiro, em algumas das vezes, com a justificativa de que ela estaria “se arrumando demais” com o intuito de conhecer uma outra pessoa e deixá-lo.

É preciso levar em conta que não se pode colocar orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero em uma categoria única, pois cada uma delas fala sobre um aspecto distinto. Das mulheres cis entrevistadas, todas se identificaram como heterossexuais, algumas contaram sobre seus companheiros atuais ou vivências com ex-companheiros e nenhuma delas se denominou lésbica ou bissexual, portanto, sua orientação sexual não teria influência em sua postura ou vestimenta. Não se pode generalizar e dizer que não existem mulheres cis em situação de rua que apresentem essa aparência e que fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+, mas o que se pode afirmar é que dentro da realidade estudada, a forma da expressão de gênero dessas mulheres se dá como meio de proteção no ambiente hostil das ruas. Ou seja, mulheres cis diminuem sua expressão de gênero para garantir sua sobrevivência na rua enquanto mulheres trans aumentam essa expressão, como será melhor trabalhado num próximo capítulo.

Essa relação orientação sexual X expressão de gênero se mostra ainda relevante nos debates da sociedade. Com o avanço dos estudos sobre transgeneridade, orientações sexuais e demais estudos queer, o debate sobre como as pessoas se apresentam na sociedade se torna ainda mais expressivo.

É possível perceber que ainda existe um preconceito por parte de muitas pessoas em relação a forma como determinadas pessoas expressam seu gênero. Dentro dos padrões da sociedade, advindos desde o século XIX, a mulher deveria ter cabelos longos, traços finos e delicados, corpo magro e definido, além de usar decotes, roupas curtas e apertadas, e ter uma postura frágil e indefesa, sempre submissa a um homem que pode controlá-la. Mulheres que diferem desse padrão, muitas vezes, são vistas como lésbicas (ou na linguagem utilizada pelas informantes, sapatão). Na rua, muitas dessas mulheres adotam esse visual por diversos motivos, mas nenhum deles se dá por sua orientação sexual e sim pela segurança.

Contudo, também é possível perceber que existem sim mulheres cis que se mostram completamente feminilizadas em sua vestimenta, cabelo e forma de agir, porém, essa postura também foi adotada como forma de proteção. Essas mulheres assumem uma postura muitas vezes submissa de seus companheiros (que muitas vezes possuem), e adotam essa conduta em troca de proteção, mas também, para conseguir manter o relacionamento afetivo. Em conversas informais, algumas mulheres que possuem esse perfil relataram que se sentem seguras dessa maneira pois estão “com os que mandam e nunca sofreriam violência sabendo de quem é a mulher”, referindo-se ao companheiro como alguém influente no ambiente que normalmente permanecem.

Essas mulheres então acabam adotando a figura da esposa, recatada e “do lar” ao assumirem relacionamentos com seus companheiros que também vivem na rua, e dessa forma conseguem se manter minimamente seguras dos perigos eventuais. Porém, essa prática não as isenta de sofrer violências de seus próprios companheiros, tais quais as mulheres que sofrem violência doméstica. Bárbara conta que apesar de já ter sofrido violência física de seu companheiro, ainda se sente melhor estando com ele, por segurança e também por existir “afeto” entre os dois, apesar dos episódios de violência.

O fato de não terem uma moradia tradicional e fixa não quer dizer que a estrutura machista e patriarcal não têm influência no seu modo de vida, sofrendo uma reprodução de violência doméstica também no ambiente da rua. Sobre esse ponto, Tamires relata que por algum tempo viveu com seu companheiro em moradias não convencionais, albergues, praças, mas que conseguiu se organizar e alugar uma casa. Apesar disso, relata que, estando na rua ou em casa, já sofreu violência de seu companheiro que é dependente químico e fica agressivo quando está sob uso. Tamires também conta que a maior parte das brigas com seu companheiro ocorria por motivo de ciúmes, e aconteciam em qualquer lugar, já que “ele não tinha medo e nem ligava de alguém ver os dois brigando.” Diferente de alguns outros relatos, Tamires conta que nunca sofreu violência física por parte deste companheiro, mas que já apanhou de pessoas na rua, por motivos diversos que preferiu não descrever.

3.1. “BICHA DE RUA”

Apesar de contraditório, optar por nomear essa seção “Bicha de rua” para referir às mulheres trans e travestis observadas nessa pesquisa, não foi como forma de não reconhecer sua condição ou violentá-las com preconceito ou transfobia, mas sim, para encaixar a definição da forma como esse próprio público se denomina e se trata. No ambiente da rua, existe um conhecimento diferente do acadêmico sobre questões de gênero e sexualidade, mas ele não é inexistente. É preciso reconhecer que esse público pode não saber com tanta clareza as definições de termos e nomenclaturas, porém, isso não significa que elas não fazem parte e não merecem reconhecimento dentro da comunidade LGBTQIAPN+. Ao utilizar o termo “bicha”, segue-se a lógica das próprias mulheres trans e travestis entrevistadas e é possível observar esse comportamento quase que total nesse pedaço da população estudada. Também pode-se observar o uso do termo “viado” entre as citadas, porém, essa expressão é frequentemente utilizada como forma de agressão para/com essas pessoas, que será trabalhada um pouco mais a frente.

Ao retomarmos a bibliografia sobre esse público, em especial, em situação de rua, encontramos muitos estudos sobre saúde e violências sofridas. Grande parte dos trabalhos falam sobre doenças como o HIV, dependência química ou mortes dessa população. Alguns estudos como o de Frangella (2004) apresentam reflexões um pouco mais profundas sobre esse grupo, não apenas dados estatísticos sobre o número de infectadas pelo vírus da AIDS ou pela dependência de crack e outras drogas, prática comum entre os moradores de rua. Ao estudar a população trans e travesti em situação de rua na cidade de São Carlos se nota um padrão claro sobre a forma com que essas pessoas se apresentam na sociedade. Essa parte da população apresenta cabelo longo, muitas das vezes com seu corpo modificado por próteses de silicone, buscando se parecer cada vez mais feminizada. Essas pessoas buscam também o uso de roupas curtas e grudadas, além de grande quantidade de acessórios e maquiagem.

Diferente da maioria das mulheres cis observadas neste estudo, mulheres trans e travestis buscam ao máximo elementos que as coloquem no mesmo patamar que

mulheres cis “da sociedade”, como forma de aceitação e também pertencimento. Ao assumir sua condição, mulheres trans e travestis também se vêem sujeitas a determinadas violências, seja no ambiente da rua ou em qualquer outro. Aqui, é possível perceber na prática o conceito de performatividade de Judith Butler (1990), o qual se revela a partir da necessidade (ou coação) de se parecer ou se encaixar num determinado grupo e, para isso, assumir um papel física e psicologicamente que a faça ter condições de preencher aquele espaço.

Das entrevistadas deste público, grupo composto por 5 mulheres trans ou travestis (aqui utilizando as definições delas próprias de autoidentificação), 4 delas relataram já terem sofrido violência física de seus companheiros ou ex-companheiros, e todas contaram já terem sofrido violência verbal ou psicológica de companheiros ou pessoas que convivem nas ruas. Dentre elas, 2 afirmaram já terem sofrido tentativas de assassinato. Quando indagadas sobre as motivações, as duas contam que sofreram essa violência de seus companheiros num momento em que estavam sob uso de substâncias psicoativas como álcool ou crack, e acreditam ter sofrido essa violência por desconfiança ou ciúme por parte de seus parceiros. A partir desses relatos é possível observar um padrão do mapa da violência, no qual se vê que, independente de seu sexo biológico, a partir do momento em que essas pessoas se mostram com o estereótipo¹² feminino, estão ainda mais sujeitas a sofrer algum tipo de violência.

Para além disso, mulheres trans e travestis estão sujeitas a um outro tipo de violência, quando não são reconhecidas por sua identidade de gênero, e aqui retomo a nomenclatura da seção. Essas pessoas, muitas vezes em vários setores da sociedade ou até mesmo entre seus pares, não são vistas de acordo com sua auto identificação. Dentre as entrevistadas, Ângela conta que deixou sua casa também por não ser aceita como uma mulher trans, além do uso abusivo de crack. Em alguns momentos, foi chamada de “viadinho” por sua família imediata¹³ e resolveu deixar sua casa para tentar uma nova vida. Ao chegar na rua, afirma ter sofrido violências severas de pessoas que convivia, porém relata que “agora é livre para fazer o que quiser”.

¹² Barbosa (2013) retoma o conceito de estereótipo de Herzfeld (1997) sendo o ato de reduzir o outro e levá-lo à marginalização.

¹³ Pais, irmãos e avós.

Por muito tempo, Ângela trabalhou como garota de programa para tentar sobreviver em sua nova realidade e relata ter sido um tempo complicado e de muito sofrimento, porém destaca que “por ter trabalhado tanto, consegui colocar meus peitos e minha bunda”, motivo que a fez se sentir “mais mulher do que nunca”. Apesar disso, as aplicações utilizadas foram de silicone industrial, substância prejudicial ao ser humano. A grande maioria das mulheres trans e travestis de baixa renda utilizavam e ainda utilizam desta técnica por ser um procedimento mais barato do que os realizados em clínicas convencionais, apesar de hoje seu uso ser menos frequente do que nos anos 1970 e 1980. Ela relata ainda que para esse trabalho é quase que obrigatório possuir próteses para conseguir mais clientes, pois a maioria deles busca um corpo considerado feminino para se relacionar. “Na vida¹⁴, se você não tem peitão nem bundão, ninguém vai te procurar. Não dá pra você chegar no ponto sem estar de mulher, ninguém quer.” (Ângela)

Quando perguntada então sobre a forma de se referir às suas amigas também trans e travestis, Ângela conta que o chamar de “bicha” não se dá como forma pejorativa, mas sim como forma de “reforçar sua sexualidade”. Parece contraditório aos olhos das pessoas de fora dessa comunidade, mas essa atitude vai ao encontro também com os estudos queer. Esse movimento também utiliza-se do termo *queer*, cujo significado engloba estranho e bizarro e era utilizado como xingamento antes, hoje aparece como forma de resistência. A partir dos anos 1980, o termo começou a ser utilizado pela própria comunidade como forma de valorização desse grupo, uma vez que ser *queer* tem como característica não desejar ser tolerado nem integrado pelos padrões existentes (FIGUEIREDO, 2018). É preciso deixar claro que dentro da comunidade LGBTQIAPN+, os termos “viado”, “bicha”, entre outros, não são utilizados como forma de diminuição da identidade desse grupo, mas sim como forma de reconhecimento, porém, é preciso ter cautela sobre esse uso pois existem pessoas que não concordam com essa prática.

¹⁴ O termo “vida” é utilizado por ela para se referir ao trabalho sexual como garota de programa e à realização deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES ENTRE MULHERES DA RUA

Durante a realização deste estudo, foi possível ter maior dimensão da complexidade da vida de pessoas que muitas vezes passam despercebidas durante o nosso cotidiano. Imersos em uma série de vulnerabilidades, as pessoas em situação de rua apresentam questões e tópicos relevantes para o estudo da sociedade, porque são, apesar de quase completamente excluídos, parte dela. Cada uma dessas vulnerabilidades, seja a falta de moradia tradicional, a propensão ao vício em substâncias psicoativas ou a insegurança alimentar se tornam apenas agravantes quando analisamos um estrato desse grupo: as mulheres cis, as mulheres trans e as travestis. Essa parcela que apresenta todas as vulnerabilidades do grupo como um todo possui marcadores ainda mais importantes que contribuem para sua fragilidade nesse ambiente: o gênero e a sexualidade.

Quando trazemos então mais um elemento para o debate, a expressão de gênero, a questão se complica ainda mais. Como se não fosse suficiente a mistura de temas polêmicos, ao analisarmos esses aspectos numa população marginalizada e repleta de vulnerabilidades, surge uma dificuldade ainda maior que é a falta de estudos envolvendo a expressão de gênero da população de rua. Grande parte dos trabalhos existentes sobre essa população se debruçam em temas como violência, doenças ou políticas públicas, sejam estudos sobre as políticas já existentes ou a instauração de novas. Existem estudos específicos sobre mulheres em situação de rua, mas que normalmente observam questões de saúde dessa população. Também existem poucos estudos sobre população trans e travesti da rua que não sejam sobre uso abusivo de drogas, prostituição ou ISTs¹⁵.

A partir da pesquisa foi possível compreender que mulheres em situação de rua correm risco físico e psicológico, assim como mulheres que possuem moradia convencional, mas que em sua maioria, estão expostas às violências por mais agentes. A comparação de mulheres da rua com mulheres que têm uma casa é necessária para entender de que forma o marcador “classe” pode atuar na vida das pessoas. A imensa

¹⁵ Infecções sexualmente transmissíveis.

maioria de mulheres em situação de rua da cidade de São Carlos são mulheres que não tinham tanto poder aquisitivo enquanto ainda não estavam na rua, mas ainda assim conseguiam sobreviver de maneira mais simples. Porém, a maioria delas se dedicava ao trabalho doméstico não remunerado e dependiam quase que totalmente de seus pais ou companheiros.

Por muitas vezes, sofriam também com violações por parte deles, apontando para o mesmo sentido dos dados apresentados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de que as violências de gênero não estão diretamente ligadas ao fato de terem ou não um local que se considera seguro para viver, pois essas violências ocorrem em sua maioria dentro da própria casa da vítima. Cristina, uma mulher cis que colaborou para o estudo é um dos exemplos de mulheres que deixaram suas casas por sofrer algum tipo de violência naquele ambiente, no caso dela, a violência sexual. Vale destacar que existe também uma diferença ao relevarmos a questão cis e trans, que apresenta mais um ponto de desamparo. Camila, outra informante, afirmou ter sofrido preconceito de sua própria família ao se assumir uma mulher trans e buscou na rua a liberdade que não possuía em casa.

Mas não se pode dizer então que viver na rua, sendo mulher, é tão perigoso quanto viver em uma casa, pois a realidade não é essa. Apesar das mulheres sofrerem sim violência doméstica, o espaço da rua abre porta para mais perigos (além dos já existentes). As mulheres da rua estão sujeitas a sofrer agressões físicas, seja de seus companheiros, de outros moradores de rua ou de forças de segurança, a qualquer momento. À noite, sofrem com a possibilidade de serem violentadas sexualmente quando não estão acompanhadas (e às vezes, mesmo quando estão acompanhadas).

Como forma de proteção existe um movimento de busca por um arranjo com seus “parceiros” da rua com o objetivo de criar laços e relações que se pareçam, mesmo que não totalmente, com uma família. Dessa forma, mulheres cis em situação de rua podem recomeçar o ciclo de violência em que viviam em suas casas, em nome da segurança que a figura do homem representa na sociedade, e principalmente, na vida da rua. Apesar do risco, muitas mulheres preferem estar com um homem que as proteja do mundo, mesmo que para isso precisem se submeter a situações de violência física, psicológica ou sexual. Uma mulher na rua sem “um dono” é de todos. Bárbara,

outra mulher cis que colaborou, afirma ter sofrido violência física de seu companheiro por várias vezes, mas entende que “vale mais apanhar de um do que de vários”.¹⁶

Quando o assunto são mulheres trans ou travestis, o movimento de busca por segurança se dá muito pela aliança com seus pares, por isso, é comum observarmos grupos de mulheres trans e travestis juntas, prática não observada nesta pesquisa com mulheres cis. Porém, a busca por um companheiro homem por esse grupo também se mantém. Grande parte das mulheres trans observadas nesta pesquisa possuem ou já possuíram companheiros durante a permanência na rua, seguindo a lógica de que performar feminilidade na rua traz maiores riscos físicos, a busca por segurança segue constante.

Apesar dos riscos, Ângela, mulher trans entrevistada relata que “foi na rua que podia ser mulher, se vestir e agir da forma que queria”, liberdade esta que não tinha em casa por não ser totalmente aceita por sua família. Ainda assim, as experiências dessas mulheres são sempre pautadas em trocas e concessões; não se tem uma existência plena em momento algum e é sempre necessário abrir mão de algo sendo uma minoria. No caso desta pesquisa, pode-se observar uma divisão entre segurança X liberdade, ou seja, não se pode ser totalmente livre e totalmente segura, seja em casa ou na rua.

Um ponto a se observar aqui é o da busca pela construção da instituição “família”, que também observando a população trans, pode-se perceber a procura pela ideia de estabilidade trazida por ela. A família, definida aqui como local de pertencimento, traz sensação de segurança e estabilidade, pontos que são quase inexistentes quando se fala de moradores de rua. É compreensível então que a busca incessante por um outro alguém sirva como estratégia de sobrevivência, de pertencimento e principalmente de estabilidade, mais ainda quando esse grupo é escolhido pela pessoa e não mais resultado das relações que possuía antes da rua.

Ainda refletindo sobre a questão de gênero e sexualidade, o exercício de expressão de gênero realizado por mulheres trans e travestis se torna ponto central aqui, levando em conta as outras vulnerabilidades presentes nesse grupo. Essa parcela da população já sofre uma série de violências ao assumirem sua identidade

¹⁶ Transcrição do áudio da entrevista realizada em Março de 2024.

mesmo quando ocupam posições em classes mais altas: são desrespeitadas, violentadas física e psicologicamente, diminuídas em seus locais de trabalho quando conseguem ir contra o movimento considerado “natural” (a prostituição e o mundo do crime) quando se encontram em situação de rua, têm seus direitos violados ainda mais. Por isso, observa-se um movimento de união entre esse grupo, coisa que não ocorre da mesma forma com mulheres cis na cidade estudada.

Ao analisarmos a questão de gênero fica evidente as diferentes preocupações entre os que se entendem como homens cis e as outras pessoas. Dentre os homens, não se vê um movimento de aliança por busca de segurança ou estabilidade, mas sim, como forma de mostrar poder e influência: homens que têm muitos aliados conseguem controlar espaços de convivência e exercem maior influência entre eles.

Outro aspecto importante a ser observado é o modo pelo qual mulheres cis expressam seu gênero nas ruas, apresentando duas principais formas: a primeira, considerada feminina, são mulheres que buscam utilizar todos os artifícios que são considerados marcadores de gênero na sociedade, como cabelos longos, uso de roupas consideradas femininas, maquiagem e acessórios. Essas mulheres, dentre as observadas, apresentam como justificativa o fato de terem maior facilidade de envolvimento afetivo-sexual estando dessa forma, pois quando performam feminilidade, há maior troca com homens cis e logo, mais chance de garantir sua sobrevivência. Apesar disso, não é possível dizer que estão imunes por possuírem um homem que “as proteja dos perigos da rua”, pois muitas das vezes as violências partem de seus próprios companheiros.

Por outro lado, existem mulheres cis que buscam se misturar cada vez mais com os que são maioria nas ruas (os homens cis) e utilizam menos marcadores de gênero como forma de passar despercebidas. Essa estratégia foi relatada por 3 das 4 mulheres cis entrevistadas, na qual contam agir dessa maneira por opção própria ou por influência de seus companheiros. Para elas, estar com um companheiro na rua representa uma mínima segurança, portanto, aceitam seguir as regras estipuladas pelos parceiros em troca de proteção, sejam elas mudar sua forma de vestir ou se comportar. O que se observa como consequência dessa escolha também é o retorno dessas mulheres para o ciclo de violência que sofriam em suas casas advindas de

seus pais, irmãos ou mesmo companheiros, portanto, o motivo pelo qual algumas saem de casa (a violência sofrida) se torna presente novamente na rua.

Não se pode generalizar e dizer que todas as mulheres em situação de rua que possuem um companheiro sofrem violência por parte dele, mas é preciso levar em conta que não é um acontecimento incomum nem improvável e se torna um ponto interessante de observação.

Outro ponto importante é a forma como as mulheres trans e travestis se apresentam na rua: ao contrário das mulheres cis que muitas vezes buscam reprimir elementos que marcariam efetivamente seu gênero, a população LGBTQIAPN+, mais precisamente os Ts da sigla, buscam o contrário, utilizar sempre que possível elementos que mostrem mais sua identidade. Ser trans ou travesti já carrega consigo uma lista grande de violências sofridas, estar em situação de rua só complementa esse ciclo. Além dos ataques sofridos pela manifestação de sua identidade de gênero, esse grupo pode também sofrer com um tipo de ataque mais severo: o não reconhecimento de sua identidade.

Apesar da ampliação na garantia de direitos dessa população, seja no âmbito da assistência, seja no âmbito do reconhecimento, ainda existem muitas pessoas e instituições que não colaboram com esse avanço. Dentre as entrevistadas, há relatos de cidades que não possuem um serviço de acolhimento para pessoas em situação de rua, outros em que o acolhimento existe mas é separado por sexo. A separação por sexo biológico ataca mais gravemente pessoas trans e travestis, a partir do momento que têm sua identidade não respeitada em troca de um direito social.

Hoje já existem acolhimentos específicos para esse grupo como forma de garantia de direito e segurança para uma parcela que já sofre com tantas violações, como exemplo da Casa Florescer¹⁷ localizada no bairro do Bom Retiro, na cidade de São Paulo. Nela são acolhidas 30 mulheres trans e travestis em situação de vulnerabilidade que têm a oportunidade de acesso à direitos que foram retirados, bem como a articulação com a rede socioassistencial, saúde, educação, entre outros. Porém, não são todas as cidades que possuem um serviço específico para a

¹⁷ Informações retiradas do site da Casa Florescer, disponível em: <https://cadiversidade.wixsite.com/florescer/sobre>

população trans e travesti, causando problemas para as que tentam acessar os serviços para a população geral. Como relatado por uma entrevistada desta pesquisa, existem casas de acolhimento que não respeitam a identidade de gênero de mulheres trans ou travestis, tomando caminho contrário do objetivo do serviço que é acolher.

Cresce a necessidade de instaurar políticas públicas para garantia de direitos de pessoas em situação de rua e cresce ainda mais a necessidade de garantir direitos para as mulheres nessa situação, sejam elas cis ou trans. Como muito bem fala Cardoso (2009): é preciso criar locais para que seja possível o “ser mulher”, e isso vai muito mais além do que a construção de albergues femininos. Garantir direitos básicos como higiene, saúde, educação e cultura são alguns dos pontos a serem trabalhados para alcançar esse objetivo e que são apenas o ponto inicial para a transformação da realidade dessas mulheres.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2023. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, 2023. ISSN 1983-7364.

BARROS, K. C. C. et al. **Vulnerabilities of homeless women: social markers of gender and race/color.** Rev Rene, v. 23, p. e80608, 16 ago. 2022.

BENEDETTI, M. R. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 144 p.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009.** Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF, p. 16, 23 dez. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Transexualidade e travestilidade na saúde.** Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 194 p.

BUTLER, J. **Problemas de gênero.** Feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAMPOS, D. A. DE; MORETTI-PIRES, R. O. **Trajetórias sociais de gays e lésbicas moradores de rua de Florianópolis (SC), 2016.** Revista Estudos Feministas, v. 26, n. 2, 11 jun. 2018.

CARDOSO, B. F. **Mulher em situação de rua: Merece um olhar especial.** WebArtigos, 2009. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/mulher-em-situacao-de-rua-merece-um-olhar-especial/23576>

CARNEIRO, T. “**Montação**”: Moda Na Comunicação Da Identidade de Gênero.” Revista Periódicus, vol. 1, no. 11, 12 Nov. 2019, pp. 343–362, <https://doi.org/10.9771/peri.v1i11.27373>.

DAMATTA, R. **A casa & a rua.** Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro, 5ª edição. 1997.

DE ALCANTARA, S. C.; PEREIRA DE ABREU, D.; ARAÚJO FARIAS, A. **Pessoas em Situação de Rua: das Trajetórias de Exclusão Social aos Processos Emancipatórios de Formação de Consciência, Identidade e Sentimento de Pertença.** Revista Colombiana de Psicología, v. 24, n. 1, p. 129–143, 17 maio 2015.

FEDERICI, S. **O Ponto Zero Da Revolução: Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista.** [s.l.] São Paulo, Editora Elefante, 2019.

FRANGELLA, S. M. **Corpos Urbanos Errantes**. Uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. São Paulo: Anablume, Fapesp, 2009. Antropolítica, n. 29, 8 out. 2011.

FIGUEIREDO, E. **Desfazendo o gênero**: a teoria queer de Judith Butler. Criação & Crítica. Nº 20. 2018.

GARCIA, M. R. V. **Dragões**: gênero, corpo, trabalho e violência na formação da identidade entre travestis de baixa renda. São Paulo, 2007, 148p. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-04032010-115652/>.

_____. **Diversidade sexual, situação de rua, vivências nômades e contextos de vulnerabilidade ao HIV/AIDS**. Temas em Psicologia. 2013; 21(3):1005-1019.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio De Janeiro, Rj: Jorge Zahar, 2002.

GOLDENBERG, M. **O gênero das travestis**: corpo e sexualidade na cultura brasileira. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 16, n. 4, p. 1115–1119, dez. 2009.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11ª edição. Rio De Janeiro. DP & A, 2006.

LAHAM SONETTI, S. **Identidade de gênero social e identidade de gênero erótico-sexual**. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, v. 29, n. 2, 5 set. 2019.

LEITE JUNIOR, J. **“Nossos corpos também mudam”**: Sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual no discurso científico. 2008. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

LUIZA, M. et al. **A sexualidade e os direitos sexuais e reprodutivos da população em situação de rua**: uma discussão necessária para garantia do cuidado integral / **The sexuality and the sexual and reproductive rights of homeless people**: a necessary discussion to guarantee integral care. Brazilian Journal of Development, v. 8, n. 5, p. 32948–32966, Maio/2022.

MACHADO, R. W. G. **População LGBT em Situação de Rua**: Uma realidade emergente em discussão. Revista EDUC - Faculdade Duque de Caxias. Vol. 01, nº 03. Jan-Jun 2015.

MIGUEL, L. F. **Carole Pateman e a crítica feminista do contrato**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, 19 dez. 2016.

MISKOLCI, R. **Corpos elétricos**: do assujeitamento à estética da existência. Revista Estudos Feministas, v. 14, n. 3, p. 681– 693, dez. 2006.

_____. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012

MOREIRA, G.; DE, S. **Aspectos do estado de vulnerabilidade:** uma análise das políticas públicas para as minorias sociais em situação de rua. Revista Pensamento Jurídico, v. 13, n. 2, 23 dez. 2019.

NARDES, Scarleth; GIONGO, Carmem Regina. **Mulheres em situação de rua:** memórias, cotidiano e acesso às políticas públicas. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 29, n. 1, e66011, 2021.

PATEMAN, C.; AVANCINI, M. **O contrato sexual.** São Paulo: Paz E Terra, 1993.

PEIXOTO, SINGLY, CICCHELLI. **Família e Individualização.** Tradução de Ângela Xavier de Brito. Rio de Janeiro: FGV. 2000.

PERUZZO, C.; VOLPATO, M. **Conceitos de comunidade, local e região:** inter-relações e diferença. Líbero – São Paulo, v. 12, n. 24, p. 139-152, dez. 2009.

PINTO, R. M. P. **Entre ruas e calçadas:** A face feminina da população em situação de rua em Maracanaú/CE. Interfaces Científicas - Humanas e Sociais, v. 8, n. 1, p. 57, 27 abr. 2019.

PRECIADO, P. B. **Multidões queer:** notas para uma política dos “anormais”. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, 19 (1): 312, jan-abril, 2011.

RODRIGUES, J. N. C. **Passabilidade e possibilidades.** 2023.200 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia/CCH) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

RODRIGUES, J. S.; LIMA, A. F. DE; HOLANDA, R. B. **Identidade, Drogas e Saúde Mental:** Narrativas de Pessoas em Situação de Rua. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 38, n. 3, p. 424–436, set. 2018.

ROSA, A. DA S.; BRÊTAS, A. C. P. **A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil.** Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 19, n. 53, p. 275–285, jun. 2015.

SEIXAS, B; MARTINS, A. **“Vou mostrar que ser gorda e negra é virtude”:** reflexões críticas sobre gordofobia e racismo a partir da análise de conteúdo dos posts no Twitter sobre MC Carol. In: GT20. Relações raciais e desafios no Brasil: desigualdades, identidades e políticas públicas. 47º Encontro Anual da ANPOCS, Campinas, SP: Outubro, 2023.

SILVA, R. D. da. **Sociedade, trabalho e pertencimento no cotidiano dos cidadãos em situação de rua.** CSOnline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais. [S. l.], n. 22, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17419>>

SOUZA, E. S. DE; TANAKA, L. H. **Cuidado em saúde:** pesquisa-ação com pessoas trans em situação de rua. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 75, 10 nov. 2021.

TIENE, I. **Mulher moradora na rua: entre vivências e políticas sociais.** Campinas. Ed. Alínea. 2004.

WITTMANN, I. **O Corpo Nasce de uma Identidade** - Reflexões sobre a construção do corpo em experiências transgênero. Revista Cadernos de Campo, vol. 28, n. 2. São Paulo. 2019.